República, 2.ª série, n.º 248, de 26 de dezembro, foi criada uma rede de serviços desconcentrados da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeadamente o Centro Local do Baixo Vouga, com sede em Aveiro, dirigido por um diretor, cargo de direção intermédia de 1.º grau. Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida unidade orgânica, definidas na mencionada Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de setembro.

Considerando que o licenciado Aurélio Paulino Pereira, inspetor superior principal, da carreira de inspetor superior do trabalho, da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Aurélio Paulino Pereira, para exercer o cargo de Diretor do Centro Local do Baixo Vouga.

A presente nomeação produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Subinspetor-Geral, *Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo*, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 2498/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14/02/2013.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Aurélio Paulino Pereira
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 8 de setembro de 1954

Habilitações Literárias:

Licenciada em Engenharia Mecânica, especialização em Gestão da Produção

Atividade Profissional:

Professor do Ensino Secundário (1976/80);
Presidente do Conselho Diretiva e Pedagógico de uma Escola C+S (1978/79);
Inspetor do trabalho desde 1980;
Delegado da Área Técnica do IDICT no Porto (1993/96);
Delegado da Área Inspeciva no Porto (1996/2003);
Delegado Coordenador do IDICT no Porto (2003/2007);
Diretor do Centro Local do Grande Porto da ACT (2007/2015);
Integra o núcleo de formadores da ACT, desde 1990, assegurando e coordenando equipas de formação em Segurança e Saúde do Trabalho;
Membro da delegação portuguesa na Sessão Europeia da Construção;
Integrou o Conselho Técnico da Campanha da Construção;
Coordenou várias equipas de projeto no âmbito da Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria Têxtil e de Vestuário;
Integrou o grupo de trabalho responsável pelo estudo transnacional sobre a Avaliação de Concentração de Poeiras nas Pedreiras de França, Espanha e Portugal;
Integrou a Comissão organizadora de vários congressos nacionais e internacionais de Saúde Ocupacional;
Membro da Comissão de Acompanhamento do Empreendimento Metro do Porto e da Comissão de Segurança;
Autor e coautor de diversas publicações (Guia da Ação Inspeciva, Módulos de Formação e de Formador para os representantes dos empregadores em SST, Perfil Funcional do Inspetor do Trabalho, Manual de Formação Inicial dos Inspectores do Trabalho, Prevenção dos Riscos Profissionais na Indústria Têxtil Europeia);
Representante da ACT, como orador, em diversos fóruns;
Colaborações institucionais em organizações promovidas pelos parceiros sociais e pela comunidade técnica e científica.

208667433

Despacho n.º 5903/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Diretor do Centro Local do Baixo Vouga, da Autoridade para as Condições do Trabalho, licenciado Aurélio Paulino Pereira, as competências a seguir indicadas, no âmbito da respetiva unidade orgânica, sem prejuízo do poder de avocação:

1 — Com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:
1.1 — Assinar termos de aceitação de nomeação dos trabalhadores;
1.2 — Autorizar as deslocações em serviço no território nacional em transporte fornecido pelos serviços, transportes públicos rodoviários

ou ferroviários ou em viatura própria nos termos previstos no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, bem como o processamento das respetivas despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo;

1.3 — Autorizar o processamento das despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo relativas a deslocações em território nacional para congressos, seminários, colóquios, conferência ou outras iniciativas semelhantes, desde que previamente autorizadas pelo dirigente máximo do serviço;

1.4 — Gerir o fundo de maneiio atribuído e autorizar despesas dentro do limite do mesmo;

1.5 — Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

1.6 — Velar pela existência de condições de segurança e saúde no trabalho;

1.7 — Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação das viaturas e dos equipamentos afetos ao respetivo serviço.

2 — Delego ainda:

2.1 — A competência para a aplicação das coimas e das sanções acessórias correspondentes às contraordenações laborais, com exceção das sanções acessórias de cessação da autorização do exercício da atividade e de interdição temporária do exercício da atividade, que me foi conferida pela alínea *a*) do n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho;

2.2 — A competência para conceder as autorizações legalmente exigíveis no âmbito das relações de trabalho, que me é conferida pela alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho;

2.3 — A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar, de acordo com os limites estabelecidos no artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.4 — Determinar a realização de inquéritos obrigatórios na sequência de acidentes de viação e nomear os respetivos instrutores.

O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208667685

Despacho n.º 5904/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Subdiretor da Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo, da Autoridade para as Condições do Trabalho, licenciado Carlos Manuel da Fonseca Graça, as competências a seguir indicadas, no âmbito da respetiva unidade orgânica, sem prejuízo do poder de avocação:

1 — Com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:

1.1 — Assinar termos de aceitação de nomeação dos trabalhadores;
1.2 — Autorizar as deslocações em serviço no território nacional em transporte fornecido pelos serviços, transportes públicos rodoviários ou ferroviários ou em viatura própria nos termos previstos no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, bem como o processamento das respetivas despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo;

1.3 — Autorizar o processamento das despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo relativas a deslocações em território nacional para congressos, seminários, colóquios, conferência ou outras iniciativas semelhantes, desde que previamente autorizadas pelo dirigente máximo do serviço;

1.4 — Gerir o fundo de maneiio atribuído e autorizar despesas dentro do limite do mesmo;

1.5 — Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

1.6 — Velar pela existência de condições de segurança e saúde no trabalho;

1.7 — Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação das viaturas e dos equipamentos afetos ao respetivo serviço.

2 — Delego ainda:

2.1 — A competência para a aplicação das coimas e das sanções acessórias correspondentes às contraordenações laborais, com exceção das sanções acessórias de cessação da autorização do exercício da atividade e de interdição temporária do exercício da atividade, que me foi conferida pela alínea *a*) do n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho;

2.2 — A competência para conceder as autorizações legalmente exigíveis no âmbito das relações de trabalho, que me é conferida pela

alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho;

2.3 — A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar, de acordo com os limites estabelecidos no artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.4 — Determinar a realização de inquéritos obrigatórios na sequência de acidentes de viação e nomear os respetivos instrutores.

O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208664582

Despacho n.º 5905/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deogo na Diretora de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva, da Autoridade para as Condições do Trabalho, licenciada Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho, as competências a seguir indicadas, no âmbito da respetiva unidade orgânica, sem prejuízo do poder de avocação:

1 — Com a faculdade de subdelegação, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar o exercício de funções a tempo parcial;

1.2 — Autorizar as deslocações em serviço no território nacional em transporte fornecido pelos serviços, transportes públicos rodoviários ou ferroviários ou em viatura própria nos termos previstos no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, bem como o processamento das respetivas despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo;

1.3 — Autorizar o processamento das despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo relativas a deslocações em território nacional para congressos, seminários, colóquios, conferências ou outras iniciativas semelhantes, desde que previamente autorizadas pelo dirigente máximo do serviço;

1.4 — Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

1.5 — Velar pela existência de condições de segurança e saúde no trabalho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208666429

Despacho (extrato) n.º 5906/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), cesso a nomeação, em regime de substituição, do licenciado Jorge Manuel Mauricio Pinhal, no cargo de Diretor da Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva, com efeitos a 17 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208663042

Despacho (extrato) n.º 5907/2015

Nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente) autorizo a cessação da nomeação, em regime de substituição, a seu pedido, da licenciada Guilhermina Maria Fernandes Coelho, no cargo de Subdiretora da Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo, com efeitos a 17 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208664371

Despacho n.º 5908/2015

Nos termos do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro e do Despacho n.º 29673/2007, de 4 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 26 de dezembro, foi criada uma rede de serviços desconcentrados da Autoridade para as Condições do Trabalho, nomeadamente a Unidade Local do Litoral e do Baixo Alentejo, com sede em Beja, dirigido por um subdiretor, cargo de direção intermédia de 2.º grau.

Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida unidade orgânica, definidas no mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro.

Considerando que o licenciado Carlos Manuel da Fonseca Graça, inspetor superior principal, da carreira de inspetor superior do trabalho, da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, re-

publicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Carlos Manuel da Fonseca Graça, para exercer o cargo de Subdiretor da Unidade Local do Litoral e do Baixo Alentejo, optando pelo vencimento na categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a 18 de maio de 2015.

15 de maio de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Nota Curricular

Nome: Carlos Manuel da Fonseca Graça

Nascido em 12/06/1954, Freguesia de Santa Maria da Feira, Concelho, Distrito e cidade de Beja,

Habilitações Académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 8/01/1988.

Evolução Profissional:

Ingresso na carreira da Inspeção-Geral do Trabalho como Agente de 2.ª Classe 21/02/1974;

Atualmente detentor da categoria de Inspetor Superior Principal — carreira de Inspetor Superior;

15/07/1996, nomeado, para o cargo de Delegado do IDICT em Évora; 21/04/1998, a 30/10/1998, e 16/04/1999 a 31/05/2000, coordenação e gestão da Delegação de Portalegre, em acumulação com a Delegação de Évora;

Em 15/10/2003 a 30/09/2007 nomeado, Delegado do IDICT em Beja;

Em 1/10/2007 foi nomeado Diretor Regional do Alentejo da ACT, em regime de comissão de serviço, funções que desempenhou até final da comissão de serviço e término do cargo.

Atividade Profissional e Experiência:

Entre novembro de 1979 e Fevereiro de 1983, foi responsável por todo o sector informativo da Delegação de Beja, em acumulação com:

Intervenções na área de Higiene e Segurança no Trabalho, que coordenava;

Licenciamentos industriais, elaborando os respetivos pareceres, e participando nas vistorias;

Realização dos inquéritos de acidentes de trabalho;

No período que decorreu entre 1/04/1989 a 31/05/1990, foi responsável por toda a planificação e coordenação do serviço inspetivo da Delegação de Beja;

Teve a seu cargo a Coordenação das Intervenções Inspetivas em toda a construção da Barragem de Alqueva e da Aldeia da Luz e em múltiplas ações inter-regionais (1996/2002) em articulação com outras entidades nomeadamente Segurança Social, SEF, Inspeção Tributária, PSP e GNR, etc., nos domínios da Segurança; Higiene e Saúde no Trabalho e do Trabalho Clandestino e não Declarado;

Foi o responsável pela implementação da Secção de Contraordenações da Delegação de Beja e seu instrutor de 30 de julho de 1986 até finais de 1994;

Em acumulação, foi instrutor das contraordenações nas Delegações de Beja e Évora entre 22/09/1988 e 30/09/1993;

Autor de várias aplicações informáticas nomeadamente ao nível do registo e protocolo de correspondência, gestão de arquivo e mais recentemente relativas aos Transportes Rodoviários, Apuramentos contributivos e salariais, tendo igualmente participação na conceção, monitorização e acompanhamento da aplicação Livretes;

Orientou estágios e é formador na ACT desde 1991 até à presente data, em estágios de ingresso de novos inspetores, em ações de formação contínua para inspetores da ACT e de outros organismos inspetivos;

No âmbito da cooperação com os Países da CPL, foi formador na Guiné-Bissau e em Cabo Verde nos anos de 1993 a 1995, em ações de formação para inspetores daquele País e orientou os respetivos estágios práticos;

Em ambos estes países participou na elaboração de anteprojetos de leis no âmbito do direito do trabalho.

No âmbito desta cooperação desenvolveu igualmente missões em Moçambique e em Timor Leste

Desde maio de 2009, por despacho do Senhor Inspetor-geral do Trabalho, foi nomeado coordenador da cooperação para a formação nos Países da CLP.

Está reconhecido como Formador (M/F) pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores;